

Quercus diz que é preciso política urgente de ordenamento da floresta

17 de Outubro, 2017

A associação ambientalista Quercus lamentou a catástrofe que Portugal vive com o elevado número de vítimas mortais devido aos incêndios e defendeu “uma política urgente” para o ordenamento da floresta, afirma a Lusa.

“É urgente que se implementem medidas de ordenamento do território e da floresta, para evitar que se repitam as catástrofes como a que temos assistido nos últimos dias”, afirmou à agência Lusa João Branco, presidente da Quercus. Para o dirigente ambientalista, “as falhas de hoje são a consequência de décadas de negligência no que diz respeito ao ordenamento do território e da floresta, que num quadro de seca severa e extrema, com temperaturas elevadas e ventos fortes criam as condições para incêndios de uma enorme violência”.

O também engenheiro florestal, considerou que o Governo já deu um passo importante para a gestão da floresta, ao aprovar a chamada lei do eucalipto, que acaba com a liberalização do eucalipto, mas defende que “é preciso ir mais além, nomeadamente na prevenção”. “É essencial que os municípios implementem os planos municipais de defesa da floresta contra incêndios, criando e respeitando as faixas de contenção junto a aglomerados populacionais, casas, zonas industriais e zonas rodoviárias”, sustentou.

Segundo João Branco, “o que se tem visto nestes incêndios, é que não existem essas zonas de contenção de fogo, daí resultando a destruição de estruturas habitacionais e industriais, com a agravante de perdas de vidas humanas”. “Fala-se muito na falta de meios para combater os fogos, mas a prevenção é uma das medidas mais importantes para que o combate se possa fazer com maior eficácia”, defendeu.

Na opinião do presidente da Quercus, a maior parte dos incêndios nesta altura do ano tem origem em mão humana negligente, defendendo “a grandes campanhas de informação e sensibilização das populações como forma de evitar comportamentos de risco”. João Branco reiterou a disponibilidade da associação ambientalista Quercus em “contribuir para um ordenamento mais sustentável da floresta”, lamentando o elevado número de vidas humanas e manifestando a sua solidariedade para com a família das vítimas dos incêndios.

“À semelhança do que temos feito, vamos continuar a contribuir com propostas ao Governo para uma melhor política e ordenamento florestal”, concluiu. As centenas de incêndios que deflagraram no domingo, o pior dia de fogos do ano segundo as autoridades, provocaram pelo menos 36 mortos, sete desaparecidos, 62 feridos, dos quais 15 graves, além de terem obrigado a evacuar localidades, a realojar as populações e a cortar o trânsito em dezenas de estradas.

O primeiro-ministro, António Costa, anunciou que o Governo assinou um despacho de calamidade pública, abrangendo todos os distritos a norte do Tejo, para assegurar a mobilização de mais meios, principalmente a disponibilidade dos bombeiros no combate aos incêndios. Portugal acionou o Mecanismo Europeu de Proteção Civil e o protocolo com Marrocos, relativos à utilização de meios aéreos. Esta é a segunda situação mais grave de incêndios com mortos este ano, depois de Pedrógão Grande, no verão, em que um fogo alastrou a outros municípios e provocou 64 mortos e mais de 250 feridos.

**Foto de Reuters*